

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - UFPR
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM QUESTÃO SOCIAL NA PERSPECTIVA
INTERDISCIPLINAR

FORTALEZA: A MACROCEFALIA PLANEJADA

Marcelo Cunha Varella

Trabalho realizado no curso de especialização em
“Questão Social na perspectiva interdisciplinar” da
Universidade Federal do Paraná, sob orientação do
Professor Rangel Angelotti.

Matinhos - PR, novembro de 2011.

É claro que é tudo enrolado,
Isso aqui é o carretel.
Até o que está meio afastado,
Compartilha contigo este céu.
Tá tudo junto e emaranhado,
Como o artista, a tinta e o papel.
Até o certo do errado,
Que seria da justiça sem um réu?
(E o vadio e o ativo cansado,
Agora ambos de cabeça ao léu)
É tudo junto, não aproximado,
É como flor, abelha, cera e mel.
Os nomes que os fazem separados,
É como o faz, com as bocas, o véu.
Isso aqui é mais conectado
Que o cafetão, a quenga e o bordel.
Chega a ser tão complicado
Que o mundo se torna uma babel.
E todo lugar que é povoado,
Mantém seu coro como um escarcéu.
É tudo um único aliado,
Como a raiz, o tronco e o dossel,
Compondo o mesmo significado,
Como seita, igreja e fiel.
É tudo tão compartilhado,
Quanto uma pena a um cartel.
O mesmo patamar é alcançado
Pelo general, o cadete e o quartel.
E isso é sabido, certo e confirmado
Como a ciência a um bacharel.
E não se foge desse traçado,
Como os cavalos de um carrossel....

(Do autor)

VARELLA, *Marcelo*. **Fortaleza: a macrocefalia planejada**. Artigo apresentado como requisito à conclusão da especialização em “A questão social na perspectiva interdisciplinar”, Universidade Federal do Paraná – Litoral, Matinhos, 2011.

Resumo:

O presente trabalho visa realizar uma análise da paisagem social de Fortaleza – CE, a fim de perceber índices destoantes que permitam afirmar a existência da dicotomia centro rico e periferia pobre. Além disto, a metodologia empregada pode ser aplicada em outras paisagens, a partir dos mesmos dados: os micro-dados relativos aos setores censitários por município, georreferenciados pelo IBGE. O referencial teórico-temático adotado nesta pesquisa compreende os seguintes eixos: (1) Planejamento territorial; (2) formação socioespacial de Fortaleza-CE; (3) Análise de Paisagem; (4) deserto econômico (5) abordagem sistêmica e (6) macrocefalia. A metodologia consiste basicamente em revisão bibliográfica e documental e análise de paisagem por SIG, em software de geoprocessamento. Com os dados levantados, pôde-se confirmar a hipótese de que a cidade apresenta nuances de um planejamento historicamente capitalista, capaz de gerar uma segregação socioespacial. Neste estudo, pode-se afirmar que tal segregação apresenta nuances da dicotomia centro-periferia. A falta de dados refinados e georreferenciados para demais cidades impede a replicação deste estudo para muitas cidades brasileiras, principalmente as pequenas (até 20 mil habitantes). A metodologia empregada, contudo, mostra-se eficaz para identificação de áreas cuja Questão Social manifestar-se-á sob suas diferentes formas.

Palavras-Chave: Periferização – SIG – Questão Social – Setores Censitários

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	6
Objetivos	6
1 - REFERENCIAL TEÓRICO-TEMÁTICO	8
1 – PRIMEIRA FASE – DO ESCRITÓRIO À DITADURA: O PLANEJAMENTO TERRITORIAL REGIONAL EM FORTALEZA.	15
1.1 SEGUNDA FASE: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM FORTALEZA	23
2 - ANÁLISE DE PAISAGEM.....	26
Metodologia:	30
Análise dos dados:.....	32
Bibliografia citada:.....	37

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar imagens de satélite e micro-dados dos setores censitários da cidade de Fortaleza – CE, através dos conceitos de análise de paisagem e à luz das teorias da formação socioespacial, para verificar a existência do paradigma capitalista, referente à segregação socioespacial centro-periferia.

O interesse pelo tema de análise de paisagens perdura desde a graduação, quando entrei em contato com o geoprocessamento. Logo no primeiro estudo que realizei com esta finalidade, percebi a carência de dados públicos com qualidade que permitissem aferir sobre a gritante realidade das cidades capitalistas: a segregação socioespacial, dada pela dicotomia centro e periferia. Com o geoprocessamento corporativo do IBGE¹, lançado em 2010, abre-se uma nova possibilidade de estudos neste sentido, que permitirão identificar o território de manifestação da Questão Social – informação, esta, essencial ao planejamento territorial. Assim, visando este objetivo, deve-se ter um arcabouço teórico prático que oriente tal análise. E não só isto: a metodologia e as ferramentas de análise devem ser acessíveis a todos, de tal modo que as prefeituras possam adotar tais medidas sem que, com isso, precise contratar novos especialistas ou profissionais que não municipais – evita-se, assim, gastos extras e a fuga de recurso da cidade. Frisa-se, com isto, que a cidade escolhida deu-se por conta da pré-existência de dados, da sua magnitude populacional, pela existência histórica dos planejamentos municipais e da forte questão social existente na Região Nordeste.

Poder-se-ia considerar como perguntas de partidas as seguintes questões: 1) Como se deu o processo político e social da formação socioespacial presente?; 2) Qual é o estado da arte da questão socioespacial de Fortaleza?; 3) Como pode-se utilizar ferramentas digitais livres e gratuitas para se fazer um diagnóstico da situação socioespacial atual?

De tal modo, pode-se dizer que os seguintes objetivos tencionam alcançados: 1) Construir um retrospecto dos planejamentos urbanos de Fortaleza, bem como de seus resultados socioespaciais; 2) Mapear e cruzar mapas qualitativos feitos com os dados quantitativos do IBGE; 3) Mapear e criar banco de dados georreferenciados sem custo, plausível de reprodução em outros municípios. Destarte, considera-se como objetivo

¹ Sítio de acesso: www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores

geral deste artigo analisar o resultado socioespacial produzido pelos planejamentos urbanos da cidade em questão.

1 - REFERENCIAL TEÓRICO-TEMÁTICO

Os seguintes eixos teórico-temáticos orientaram este estudo: (1) Planejamento territorial; (2) formação socioespacial de Fortaleza-CE; (3) Análise de Paisagem; (4) deserto econômico (5) abordagem sistêmica e (6) macrocefalia. O primeiro eixo dará um panorama geral da realidade capitalista atual, sob a ótica das ações públicas. O segundo eixo permitirá retratar sucintamente a teoria da Formação Socioespacial e relacioná-la com o levantamento histórico da cidade, pelo foco dos planejamentos públicos; o terceiro, por sua vez, permitirá analisar os dados levantados, relacioná-los e descrevê-los; e o quarto eixo permitirá relatar uma generalidade destas áreas. A relação destes eixos será esclarecida no último eixo. De qualquer maneira, esta lista é dada apenas como referencial, visto que não tenciona tratá-los de maneira linear: eles aparecerão em diversos momentos do artigo, ora como categoria teórica, ora relacionadas com a temática.

Se, por um lado, a população brasileira não teve durante as décadas 1980 e 1990 um déficit democrático como nas décadas anteriores², ressalta-se, por outro, que o mesmo não se pode dizer quanto à moradia digna, serviços de saúde, assistência social e salários. A sociedade dessas décadas passou a viver em situação de vulnerabilidade em relação aos direitos básicos que se antes eram precários passaram, agora, a inexistirem. Neste capitalismo excludente, muitos dos trabalhadores atraídos pelo capital jamais serão sequer incorporados aos benefícios do sistema.

Kowarick afirma, por isso, que em 1980 os estudiosos criam que a mudança social e política viria das lutas de bairro. Porém, de 1990 a 2000 percebeu-se que os déficits sociais e econômicos mantiveram-se e, assim, os estudos avançaram para buscar o entendimento da fragilização da cidadania – ou seja, percebeu-se uma “perda ou ausência de direitos [bem como a] (...) precarização de serviços coletivos que garantiam uma gama mínima de proteção pública para grupos carentes de recursos (...) para enfrentar as intempéries (...) [nas] metrópoles do subdesenvolvimento industrializadas” (Kowarick, 2009: 76). Percebia-se, assim, um evidente rebaixamento salarial, acompanhado pelo aumento da jornada de trabalho, do desemprego e do subemprego crônicos e, principalmente, uma visível concentração de renda. Como resultado, o consumo das populações pobres e periféricas tornou-se um subconsumo. Por

² Refere-se, aqui, aos governos ditatoriais militares brasileiros, de 1964 a 1985.

consequente, o território nacional resulta das leis gerais capitalistas “aplicadas às realidades periféricas: ficam velhas formas de produção e, ao mesmo, produzem-se novas estruturas no pauperismo, desigualdade e marginalização, [com o] subdesenvolvimento social e econômico” (Kowarick, 2009: 71)

Mas estes fenômenos, frisa-se, não são exclusividades brasileiras: tratam-se das contradições do modo de (re)produção social. Davis (2010) dedicou um livro inteiro para tratar do fenômeno da periferização que se materializou mundo afora nesta etapa do capitalismo: megalópoles e gigantes favelas são marcas fundantes deste sistema operante. De maneira genérica, as periferias são caracterizadas pela pobreza, degradação ambiental, risco de morte constante por questões sociais e econômicas, altos índices de violência, uso de drogas, habitações irregulares e etc. Enquanto em alguns lugares o capital e o emprego circulam, às margens formam-se as periferias pobres que passam a agrupar a maior parte da população das cidades, em habitações ilegais ou extralegais. Davis (2010) afirma categoricamente que o Estado colaborou com este processo de favelização, principalmente no hemisfério sul, após a década de 1950 (época áurea do petróleo, da modernização agrícola e década início do planejamento formal no Brasil) quando milhares de camponeses foram obrigados a buscar emprego nas cidades, indo ocupar residências nas favelas.

O que se deve ter em mente é que esse processo de urbanização-periferização foi desencadeado propositalmente, bastando, para perceber isto, levar-se em consideração as ações do Estado brasileiro a partir de 1956. Neste ano, JK inaugurou o planejamento territorial do período Republicano, com o Plano de Metas. Esta data, portanto, marca o início da era dos Planejamentos Desenvolvimentistas do Brasil (MIN, 2006: 24). Se as ações foram planejadas, pode-se dizer que elas foram racionalizadas, premeditadas, ansiadas e programadas, visto que “planejar remete o futuro (...) significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para dizê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de melhor tirar partido de prováveis benefícios.” (Souza, 2001: 46). Sendo uma ação intencional, pensada e projetada para se alcançar um resultado futuro, a questão, na verdade, centra-se não em analisar os erros de cada plano, mas, sim, em descobrir pra quem estes planos foram feitos. Afirma Oliveira (1985) que os planejamentos foram inoperantes com os setores dominados da sociedade (p. 09), mas que serviram idealmente à acumulação capitalista.

Para Santos (2003) não se precisa sequer denominar os planejamentos realizados nos países subdesenvolvidos de “capitalistas”, visto que não existiu, nestes lugares, outra forma de planejamento. Neste sentido, o autor afirma que não se há dúvidas de que o planejamento tem sido um “instrumento indispensável à manutenção e ao agravamento do atraso dos países pobres, assim como ao agravamento ou à exacerbação de disparidades sociais” (p. 13). Oliveira (1985) é ainda mais ríspido na análise, afirmando que todas as administrações públicas tenderam a reproduzir o crescimento capitalista, desde 1905.

Em uma série de publicações sobre a teoria da Formação Socioespacial, Milton Santos (1980, 1982, 2001, 2003) visou encarar os sistemas de (re)produção material das sociedades a partir do território usado. Para o autor, “os modos de produção escrevem a história no tempo, e as formações sociais escrevem-na no espaço” (Santos, 1982: 15), visto que estas últimas têm que acontecer em um espaço específico, enquanto, ao contrário, o modo de produção acontece idealmente, em um lugar qualquer. O que diferencia os capitalismo de cada lugar são as especificações locais que são ao mesmo tempo determinantes e determinadas pelo modo de produção. Nesta perspectiva, não existe uma população (e, logicamente, um modo de produção) sem um espaço. Santos (1982) afirma que existe, na verdade, um sistema indissociável homem-natureza, o qual denomina de Formação Social. Nesta perspectiva, não haveria natureza cuja presença humana estivesse totalmente ausente: o que existiria seria uma natureza social. A categoria teórica “modo de produção” permite visualizar as generalidades do sistema capitalista, mas é a Formação Socioespacial quem permite compreender as especificações locais. Este conceito permite inferir sobre a realidade capitalista atual. Se o sistema capitalista é de natureza cumulativa, obviamente que isto será vislumbrado no espaço.

Para o geógrafo, o espaço é um todo integrado por subespaços relacionados. Em cada porção do espaço encontrar-se-iam fluxos (de energia, matéria e conteúdo) e fixos (objetos geográficos) Estes objetos geográficos são, na verdade, formas-conteúdo: objetos materiais (formas) com usos e valores diferentes (conteúdos). Estas formas-conteúdo que compõem o espaço são categorias concretas da vida social humana, e, como todas as demais categorias interligadas pelo modo de (re)produção social, determina e é determinada. O espaço não é um mero palco das ações humanas: ele influencia a percepção do tempo e do espaço; valoriza e desvaloriza; impede e facilita; enfim: o espaço atua nas ações humanas, e interfere em suas escolhas. Alguns objetos

espaciais tornam-se fundantes do próprio modo de (re)produção social, e sobrevivem no tempo, mantendo sua forma e mudando seu conteúdo. Estas formas resistentes são denominadas de rugosidades. As rugosidades tem a capacidade de reproduzir sua forma no tempo: o que explicaria o fato das cidades seguirem, desde suas origens, um mesmo traçado de ruas, por exemplo. Em cada momento histórico, haveriam determinadas rugosidades, formação socioespacial e objetos espaciais interagindo e formando uma paisagem específica. Quanto a isto, resume o geógrafo, pode-se conceituar que “tudo aquilo que nós vemos, o que nossa visão alcança, é a paisagem. Esta pode ser definida como o domínio do visível, aquilo que a vista abarca. Não é formada apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores, sons e etc” (Santos, 1988: 61). Outro geógrafo faz questão de completar que “paisagens têm sempre o caráter de heranças das atuações antigas, remodelados e modificados por processos de atuação recente” (Ab’Sáber, 2003:12). E essa herança é natural (fisiográficas, biológicas) e ao mesmo tempo antrópica (dada pelo uso do território por culturas anteriores).

Historicamente, os planejamentos nacionais transfiguraram-se em planejamentos regionais, e sempre trabalharam para o sistema capitalista global: utilizavam a região para retirar mais mais-valia e acumulá-la num espaço determinado, onde, finalmente, eram repassadas para o centro do sistema capitalista no exterior, pelo mercado financeiro. Estes planejamentos foram pautados nas teorias dos lugares centrais e dos polos de crescimento. O desenvolvimento das forças produtivas nestas regiões planejadas fez com que as desigualdades internas deixassem de ser explicadas por fatores naturais e passassem a ser entendidas pelas macroestruturas.

A partir do momento que o capital se instalou nas cidades, os administradores precisaram intervir constantemente nelas, a fim de manter a massa trabalhadora lá e viva. Para o capitalismo atual “o desafio era conciliar a oferta constante de mão-de-obra barata faz sua análise com o valor crescente dos terrenos, e a solução preferida não foram os alugueis elevados – o que teria forçado os salários a subir -, mas a periferização e a aglomeração de pessoas” (Davis, 2010: 71). O mesmo autor ainda completa: “de fato, a pobreza periurbana – sinistro mundo humano ao mesmo tempo bastante isolado da solidariedade de subsistência do campo e desconectado da vida política e cultural da cidade tradicional – é a nova face radical da desigualdade” (Davis, 2010: 201).

A urbanização brasileira começou a se consolidar efetivamente no segundo mandato do presidente Vargas, a partir da década de 1950, mas, como lembra Monteiro

(2006), alguns autores consideram o primeiro mandato deste presidente como o marco da urbanização. De qualquer forma, a periferização começou a se espalhar pelo território a partir de 1940, quando ocorreu a mudança do paradigma dos transportes: a mobilidade espacial passou a ser oferecida pelos ônibus, que podiam chegar a muito mais lugares que o trem. Isto permitiu que surgissem “condições para que o parcelamento de terra prosperasse sem o acompanhamento da urbanização (pavimentação, água, esgoto, iluminação). Bastava assegurar a chegada do transporte para que a terra fosse loteada e os lotes vendidos” (Monteiro, 2006: 51). O ônibus teria, desta forma, contribuído para a ocupação extensiva das periferias.

Mas a consolidação do Brasil como um país urbano (e, conseqüentemente, periférico) ocorreu apenas em 1970, depois período desenvolvimentista do país. A tabela 1, abaixo, representa a população brasileira vivendo em cidades a partir deste momento histórico:

Região	1950	1970	2000
Sudeste	44,5	72,7	90,5
Centro-oeste	24,4	48	86,7
Sul	29,5	44,3	80,9
Norte	31,5	45,1	69,9
Nordeste	26,4	41,8	69,1
Brasil	36,2	55,9	81,2

Tabela 1: dados do IBGE referentes à porcentagem da população urbana em relação à população total das regiões.

É visível a mudança de paradigmas. Em 20 anos (de 1950 a 1970) o país tornou-se majoritariamente urbano; neste mesmo período, a região mais urbanizada tornou-se o sudeste, que não coincidentemente foi a região que mais se beneficiou com investimentos no período desenvolvimentista; o nordeste, região historicamente explorada pelos modos de produção atuantes, permanece como a menos industrializada por todo o período analisado. O cunho modernista interligou as regiões, urbanizou-as e segregou o espaço nacional. A perspectiva de Milton Santos corrobora para a compreensão deste fenômeno, visto que os Planejamentos Nacionais embasaram-se nos

Polos de Desenvolvimento durante o período militar e, posteriormente, durante a fase neoliberal, nos Eixos de Desenvolvimento – ambos apresentando-se sob a alcunha de planejamentos regionais.

Os resultados dos planejamentos podem ser de duas ordens: ou à favor ou contra o capital. Quando à favor, como lembra Santos (1980), as ações realizadas em uma região específica do território tendem a atrair cada vez mais ações, tornando uma região privilegiada em detrimento de outras, que se tornam esquecidas. Neste movimento, o capital e as forças produtivas acumulam-se no espaço e, assim, formam o que o autor denomina de macrocefalias: “As cidades inicialmente privilegiadas beneficiam-se de uma acumulação seletiva de vantagens, ao mesmo tempo que acolhem novas implantações” (p. 134). Os lugares já ricos recebem do Estado cada vez mais recursos, sendo quase impossível mudar os investimentos de posição geográfica. Há uma imobilidade das vantagens, que ficam no lugar onde são instaladas e passam a se aglomerar. As áreas privilegiadas ainda passam a ser barreiras à camada mais pobre, visto que se tornam caras para ocupar, gerando uma segregação socioespacial (Singer, 1976, p.222). Mas, como lembra Monteiro (2006: 52), não apenas a materialização espacial determina as relações das sociedades, visto que há determinações imateriais do espaço: basta pensar o espaço como território³ (extensão das relações de poder) e como espaço vivido (onde se projetam os símbolos e valores culturais). Estes nuances do espaço funcionam como barreiras às relações sociais.

O resultado disto é a segregação socioespacial: “os locais de moradia dos proletários tenderão a se distanciar dos locais de moradia dos industriais, até certo ponto, e cada vez mais, também dos locais de moradia dos pequeno-burgueses e profissionais liberais - enfim, da dita classe média” (Monteiro, 2006: 48). Aquelas pessoas que não dispõem da posse da produção e de capitais acumulados “são induzidas, pela inexistência de alternativas melhores, a ocupar lugares clandestinos e irregulares, frequentemente de riscos de deslizamentos, inundações, enchentes, incêndios, acidentes de trânsito e riscos de doenças pela precariedade sanitária” (idem). Enfim, o autor conclui: “A segregação econômica e social brasileira se consolida (e

³ “Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da territorialidade como sinônimo de *pertencer aquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, esta ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem.” (Santos, 2001: 19)

acentua-se) no espaço urbano, através da separação, cada vez mais intensa, entre os que podem escolher o quinhão de cidade onde vão morar e os que tentam sobreviver em meio à falta de alternativas para prover sua habitação digna” (p.56).

Como se compreende que o objeto de estudo é uma entidade dinâmica, formada por diversas entidades que interagem e se influenciam, formando um todo indissociável que evolui em bloco (que é a cidade urbana), pretende-se utilizar a metodologia da análise da paisagem, a ser abordada posteriormente. Esta abordagem permite perceber as paisagens como um todo integrado, tal qual um sistema, compreendendo suas interações internas. Para a realização desta etapa do estudo pretende-se utilizar o software livre de geoprocessamento gvSIG em sua versão 2.0. Os dados públicos a serem processados dizem respeito às imagens de satélite disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e aos dados georreferenciados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), relativos aos micro-dados agregados por setor censitário.

A escolha pelo município de Fortaleza deveu-se às suas peculiaridades históricas: a cidade desenvolveu três modalidades diferentes de planejamentos que, claro, resultaram em diferentes impactos ao espaço e, conseqüentemente, à sociedade; além disto, é a terceira cidade mais populosa do país, além de ser uma das que possuem menor IDH. Com o viés até aqui defendido, o fato de a cidade ter sido historicamente planejada auxilia a compreender seu atual estado da arte.

1 – PRIMEIRA FASE – DO ESCRITÓRIO À DITADURA: O PLANEJAMENTO TERRITORIAL REGIONAL EM FORTALEZA.

A capital do Ceará é historicamente um polo capitalista. Em 1818 o Engenheiro Paulet dava início ao Ordenamento territorial da cidade, pautado pelos Planejamentos Territoriais. De caráter estritamente logístico e comercial, o primeiro plano da vila (sequer havia recebido o título de cidade àquela época) estipulava que “as ruas deveriam ficar em linha reta, formando perpendiculares e paralelas, como num tabuleiro de xadrez, pois, assim, facilitaria a circulação de pessoas e mercadorias” (Muniz, 2006: 112). Esta estrutura tornou-se uma rugosidade na cidade, vindo a se reproduzir no tempo. Como dito por Santos (1982), os traçados originais das cidades tendem a se reproduzirem, pois representam premissas produtivas para o capitalismo. Assim, o capital passou a acumular-se no “centro⁴” da cidade. A tendência radio-cêntrica da cidade deve-se a esta tentativa de traçar um arruamento xadrez à capital.

Muniz (2006) afirma que o planejamento urbano fortalezense iniciou, realmente, em 1857, quando se contratou o engenheiro Herbster (p. 113). Este tratou de auxiliar a reprodução do capital, ao mandar construir diversos prédios públicos na área central da cidade (p.119). Neste período, a cidade tornou-se um polo capitalista, atraindo tanto investimentos quanto populações humanas, graças à exportação de algodão à Inglaterra, que aumentava àquela época. De acordo com Muniz (2006: 123) a cidade crescia de forma “planejada e controlada”. O terceiro Plano da cidade, também feito por este engenheiro, possuía alguma preocupação ambiental, visto que demarcou duas áreas de proteção em torno de mananciais. Além disso, demarcou a expansão das vias e da urbanização para o interior, fugindo do centro, visando beneficiar aqueles que escolhiam uma vida mais bucólica, mais ao interior da cidade. Assim, o traçado feito para a passagem das linhas de bonde de tração animal também se tornaram rugosidades: tais vias que se destinavam unir a periferia ao centro “deu origem às futuras rodovias estaduais” (p. 127). Em 1913 estas vias cederam lugar às linhas do bonde elétrico. A autora argumenta que parte do sucesso econômico e do desenvolvimento estrutural da cidade deveu-se à muitas diretrizes propostas por Herbster.

⁴ “centro” será compreendido, neste artigo, como o lugar onde o capital se acumula. (N.A.)

Muniz (2006) afirma que esta foi a primeira fase do planejamento de Fortaleza, “realizado por meio das plantas cartográficas e da regulamentação de parâmetros construtivos para as edificações” (p. 127).

Logo nas primeiras décadas do século XX a cidade já é a sétima maior capital brasileira, em termos populacionais. Nesta época, porém, cessam os planejamentos municipais, não havendo nenhuma diretriz de expansão. Para Muniz (2006) o fato dava-se à preocupação dos prefeitos da época que se voltavam ao embelezamento da cidade. De maneira desconjuntada (tanto entre os gestores públicos quanto em relação à sociedade), a cidade retoma o planejamento em 1933. A autora destaca que nesta época uma revolução cultural acontece na cidade, fazendo com que vestimentas novas fossem adotadas, que propiciavam o banho de mar (p. 137) – isto revalorizava a orla, dando-a, agora, valor social relativo ao lazer e à beleza cênica.

Neste período, não bastasse a modernização nacional que atraía os migrantes à cidade, ainda havia a seca que expulsava camponeses e interioranos cearenses que igualmente rumavam à capital.

Contando apenas com planos relativos à infraestrutura, a cidade passou a crescer ainda reproduzindo a antiga malha viária, e expandindo-se rumo ao interior ao redor das vias radiais – expansão, esta, propiciada principalmente por investimentos privados, que não necessitavam de nenhum planejamento ou diretriz. Os planejamentos municipais passam a se preocupar com ações pontuais. Em 1947 surge um plano diretor com considerações sociais, ambientais e de infraestrutura - mas a pressão da elite capitalista fez com que este não fosse realizado. Em 1950 a prefeitura estabelece, que por suas carências financeiras, as periferias estavam isentas de qualquer planejamento construtivo estabelecido por lei (Muniz, 2006: 156).

Fortaleza passou por um grande processo de industrialização a partir de 1965. Foi, neste período, a cidade mais beneficiada pelos investimentos públicos do nordeste. Entre 1960 e 1971, dos 112 projetos da União destinados ao Ceará, 72 foram na cidade. Estas ações vieram a fomentar o pensamento empresarial do governo e do capital privado (Dantas, 2009: 24). O autor citado afirma que em 1972 a área de influência da Capital cearense possuía 52 centros, 400 mil quilômetros quadrados e uma população de cerca de sete milhões de habitantes, espalhados pelo Maranhão, Piauí e o restante do estado. Era, por isso, concentradora dos profissionais mais especializados, como médicos, engenheiros, dentistas, farmacêuticos e agrônomos: possuía mais de 75% dos profissionais do Ceará.

O Plano Diretor da Cidade de Fortaleza (1963) visava controlar o crescimento urbano. Desta vez tratava-se de um Planejamento físico-territorial, sendo que “as proposições do plano eram elaborados interagindo os aspectos econômico, social, físico-territorial e administrativo, de modo a promover o desenvolvimento da cidade” (Muniz, 2006: 156). Este plano, porém, não foi adotado realmente, sendo realizado aos poucos, por vários prefeitos, servindo de modelo para as gestões até 1971.

A industrialização, fenômeno gerador da urbanização, é fruto do modo de produção capitalista, e, por isso, possui um ímpeto irrefreável pela acumulação espacial. O centro da cidade de Fortaleza, em 1972, concentrava mais de 57% dos comércios da cidade; o mesmo ocorre com a incidência de indústrias (cujas primeiras, frisa-se, datam da década de 20). Nas áreas mais pobres, além da diminuta atuação estatal, ainda percebia-se a carência por agências bancárias (Dantas, 2009: 32). Além disso, no centro estavam 2/3 dos empregos urbanos (50 a 67% dos empregos remunerados), sendo que “a concentração das atividades comerciais e de negócios neste espaço é marcante, manifestando-se através da concentração de atividades terciárias e do mercado de trabalho, da concentração das correntes de tráfego, da concentração das redes de distribuição de serviços de saneamento básico etc” (Dantas, 2009: 43). O mesmo autor afirma que a cidade era, por isso, tipicamente mononuclear, mas estava em pleno processo de descentralização natural. O Mapa 1⁵, criado a partir de aproximações de Dantas (2009: 71) visa demonstrar a evolução urbana da cidade e, também, registrar onde é o centro histórico desta. Pode-se perceber, além da evolução urbana, que a cidade tem características históricas de centralidade e litoralidade que, como ditas, são frutos dos planejamentos primeiros da cidade.

Afirma Dantas (2009) que a partir de 1972 tentaram-se planos de desconcentração industrial, mas que o movimento seguiu acumulando capitais no espaço: para o autor, esta tendência seria histórica e manter-se-ia pela inércia, pela facilidade para aquisição de lotes ou pela posse prévia. No entanto, há de se reafirmar a hipótese das macrocefalias já citada aqui, de certa forma também explicada por Singer (1974: 218): por terem necessidades das mesmas infraestruturas básicas e por poderem manter relações de complementariedade, passam a se realizar juntas num mesmo espaço geográfico, reduzindo, assim, os custos de transportes. Singer, no entanto, preocupou-se apenas em analisar o resultado da urbanização capitalista, quando da formação das

⁵ Ver seção 2 adiante, relativa a análise dos dados por SIG

chamadas cidades industriais. Santos e Singer, de qualquer maneira, concordam, direta ou indiretamente, que o capital há de se acumular no espaço, desde que se mantenham as relações capitalistas. Santos (1984) ainda irá mais longe: afirmará que as rugosidades atraem novos investimentos, ou seja, que os primeiros investimentos em infraestruturas têm o potencial de atrair novos.

À título de esclarecimento, far-se-á uma leitura do que até agora foi descrito, pela ótica da geografia crítica. É interessante, para tanto, notar a ressalva que faz Dantas (2009: 34): “os terrenos arenosos e de dunas eram pouco valorizados, e o regime de propriedade da terra não exerceu função restritiva à ocupação daquela área, onde foi se formando a favela do Pirambu, a maior da cidade”. As rugosidades instaladas na área central valorizaram apenas esta região, tornando as demais áreas desinteressantes ao capital. Assim, sem infraestrutura, a orla acabava sendo ocupada por trabalhadores de baixa renda. O avanço do capital sobre estas áreas é representado pela revalorização cultural da orla, que acarretou em movimentos de pressão que expulsaram os mais pobres. Na medida em que os banhos de mar tornavam-se um movimento social banal, as praias passavam a ser buscadas não mais como mero porto de chegada e saída de produtos e pessoas: a orla ganha valor cultural e social, refletido em status social. Hoje este fenômeno é percebido facilmente pela especulação imobiliária apresentada nestas regiões. Na medida em que o homem determinou o valor do espaço, o espaço passou a determinar a classe de homem, de casa e de infraestruturas que existiriam ali. Parte⁶ da orla marinha, por isto, historicamente, tornou-se uma rugosidade.

O resultado do processo desenvolvimentista brasileiro em Fortaleza pode ser vislumbrado com a análise de Bento (2010): em 1983 a cidade “apresentava 24% de sua população residindo em favelas. Quanto ao acesso à água potável, somente 17% dos domicílios da capital eram atendidos pelo sistema público de abastecimento de água. Em relação ao provimento de eletricidade constatou-se que 57% dos domicílios de Fortaleza não havia conexão com a rede de energia elétrica. Na verificação do saneamento confirmou-se que 56% das residências não possuíam qualquer tipo de instalação sanitária” (Bento, 2010: 6).

De qualquer maneira, a cidade crescia economicamente, como acontecia com o país e o mundo durante a década de ouro do capitalismo (1960). No Brasil, este período

⁶ Não se pode afirmar que toda a orla tornou-se uma rugosidade: os próprios mapas aqui gerados (apresentados nas sessões seguintes) demonstram que há índices que implicam em maior pobreza em áreas à beira mar. Acontece que a cidade possui ainda algumas ditas “favelas” nestas regiões.

se deu além do panorama dos países do primeiro mundo, visto a lógica de substituição de importações que o país adotou desde Vargas. Dantas (2009) afirma que a cidade passava por um momento de ascendência econômica e de atração de populações vizinhas⁷ – dando início a um processo concomitante, relativo à industrialização, urbanização e periferação. Como pode se perceber na Tabela 2, apresentada por Dantas, o crescimento da população é contínuo, mas deve-se principalmente às taxas de imigração.

Período	Incremento total	Saldo migratório		Crescimento vegetativo	
		Incremento parcial	%	Incremento parcial	%
1940-1950	89.948	56.904	63,24	33.080	36,76
1950-1960	244.649	158.629	64,84	86.020	35,12
1960-1970	357.916	222.796	62,29	135.119	37,65

Tabela 2: crescimento populacional da cidade de Fortaleza, discriminada em crescimento migratório e vegetativo, retirada de Dantas (2009: 15)

Ao fazer análise a estes dados, Dantas (2009: 15) faz uma consideração que lembra muito uma consideração de Singer (1972): o crescimento produtivo da metrópole que se formava não era o suficiente para abarcar a população economicamente ativa que chegava à cidade. Assim, Dantas afirma que, em 1970, 54,4% da população era considerada como a “força de trabalho disponível”, ou seja, sem emprego fixo (p.36). Além das indústrias (lembremo-nos que o país passava pelo processo acentuado de industrialização), o setor que mais empregava eram os serviços, que, de acordo com o autor, eram mal remunerados e, por isso, havia generalizado o problema de subsistência.

Pinheiro (2005: 03) afirma que entre as décadas de 1960 e princípios de 1970, as mudanças urbanas decorrentes da industrialização e do crescimento urbano eram visíveis, porém “o aparente desenvolvimento apresentava em seu reverso inúmeras contradições sociais”, firmadas principalmente na segregação socioespacial e que refletiriam uma metrópole miserável.

⁷ Para Singer (1972), este movimento populacional, estas imigrações internas, assim como todos fenômenos sociais, são historicamente determinados. Assim, seu estudo populacional parte da configuração histórica que determina estes fluxos: além de atrair capitais, o centro urbano rico (a cidade industrial) atrai pessoas.

O panorama socioespacial imediatamente anterior ao governo do Prefeito Vicente Fialho (1971-1975) apresentava o centro como eixo de desenvolvimento e, assim, a cidade desenvolvia-se praticamente toda próxima desta área. Como dito, as áreas à beira da praia eram pouco valorizadas e, por isto, as populações de baixa renda as ocupavam. Outro espaço ocupado por esta população tratava-se das margens do Rio Cocó, no centro da cidade, local que sofria com enchentes constantes – mesmo a prefeitura tendo já em 1964 comprado maquinaria para tentar solucionar o problema, só o foi resolvido anos mais tarde, com imposição da ditadura.

A pequena burguesia local instalava-se, até 1970, espacialmente junto à população de baixa renda, ocupando, tanto no trabalho quanto na moradia, as áreas centrais da cidade. Essa miscigenação começou a incomodar os mais abastados, que passaram a ocupar a faixa leste da cidade ou as áreas mais interioranas. Dantas (2009: 47) afirma que a população pobre ocupava todo o perímetro central, mas que já existiam, na época, 73 favelas, com 223 mil moradores (26% da população). Essa evolução espacial da sociedade, lembra Pinheiro (2005), fez com que a cidade tivesse muitos problemas sociais e estruturais, dentre os quais a favelização e a mobilidade urbana. Este último afetou diretamente o interesse dos burgueses, que, uma vez se afastando, viam-se desconectados do centro. A pressão exercida pelos grupos dominantes, mais a voga desenvolvimentista brasileira, levaram Fialho a adotar metas igualmente desenvolvimentistas na cidade. Seguindo, também, a moda teórica vigente desenvolvimentista no país, apostou na malha viária como eixo de desenvolvimento. Se, por um lado integrou a cidade, por outro aumentou ainda mais a segregação socioespacial – exatamente como aconteceu com o Brasil.

Dantas (2009: 55) e Pinheiro (2005) ocuparam-se, dentre outras coisas, em analisar este processo de segregação. No que concerne ao fenômeno ocorrido, ambos vão se utilizar da mesma expressão: desfavelização. Pinheiro (2005: 05) vai afirmar que “na época, este processo de ‘desfavelização’ foi tido pela administração municipal como a maneira mais eficaz de sanear diferentes problemas, através da eliminação de zona de baixo meretrício e de pontos de concentração de marginais”. Dantas (2009), por sua vez, vai afirmar que a ação visava atender a uma população carente que estava incapacitada de entrar nos programas habitacionais e, por isso, a prefeitura despejou-a e vendeu-a lotes mais baratos, periféricos e longes. O autor ainda referencia o nome do documento oficial que deu aval a esta ação: Programa de Desfavelamento de Fortaleza, elaborado pela Prefeitura. A estratégia foi parte do Plano de Desenvolvimento Integrado

da Região metropolitana de Fortaleza (Plandirf), que inaugurava a segunda fase dos planejamentos urbanos da cidade (Dantas, 2009). Centrava-se, este plano, em três eixos: descentralização dos empregos, renovação do centro e planejamento da orla. Era fundamentado em zoneamentos de uso e ocupação do solo, além da implantação de vias.

Neste processo desenvolvimentista dos planejamentos capitalistas, surge o Conjunto Palmeiras, em 1973, com 30 mil habitantes, que, pelo número de moradias, já se confabulava como a sexta maior favela da cidade. Tratavam-se de mil e quinhentas famílias proveniente do Lagamar, da Aldeota, Poço da Draga, Arraial Moura Brasil, Morro das Placas e Verdes Mares. Foram enviados para um local sem nenhum aparelho público: nada de ruas, de esgoto, de água, de luz, de escola, de ônibus, de drenagem. Havia apenas muitas palmeiras do tipo carnaúba, que acabaram inspirando o nome do lugar. Além desse bairro, surgiram outros também periféricos, frutos da tentativa do Plano Diretor Integrado de desfavelizar a cidade: “a construção de conjuntos habitacionais fazia com que aumentasse ainda mais a dispersão urbana, pois os conjuntos eram criados na periferia do Município, aumentando assim os gastos com infraestruturas de apoio a esses conjuntos” (Muniz, 2006: 195)

O Plano Diretor Integrado de Fortaleza manteve-se como modelo do desenvolvimento da cidade até 1990, quando se inicia uma nova fase dos planejamentos urbanos municipais. Até aqui, diferentemente de Muniz (2006), considerar-se-á ter passado apenas uma fase dos planejamentos, assim categorizados de acordo com os autores e atores⁸ envolvidos neste processo: ambos realizados exclusivamente pelo poder público. Assim, os planejamentos realizados durante a República, a ditadura e os primeiros anos da nova República serão denominados, aqui, de planejamentos Territoriais Regionais: marcam a primeira fase dos planejamentos e auxiliaram, como demonstrado, a concentração do capital nas áreas centrais, provocando uma inevitável perifeirização.

Esta fase é marcada pelo extremo caráter técnico e burocrático, comum nos planejamentos anteriores à República Nova: não que, a partir desta data, os planejamentos tenham mudado na prática, mas teórica e legalmente passaram a exigir a participação popular. Até aqui, a setorialidade dos planejamentos teria sido adicionada ao planejamento estatal ainda em 1960, em decorrência da viabilização de uma estrutura

⁸ “Autor” será utilizado para referir-se ao criador do plano, e “ator” será a categoria utilizada para referir-se aos responsáveis pela gestão do plano.

de poder que incentivava os grupos de lobbies, ou seja, as indústrias privadas. Estes grupos, como tinham interesses individuais e ações verticais, não necessitavam ser coordenados – e esta individualidade dificulta uma visão integrada, mais articulada. No âmbito nacional, lembra Oliveira (1985), os planejamentos exigiam profissionais capacitados, levando o governo a investir na profissionalização. Ao saírem da academia, os planejadores recém formados mostravam-se críticos, e planejavam a cidade de acordo com sua classe social: por isso a classe média e alta era sempre beneficiada. Os técnicos não tinham nenhum contato entre si e às vezes nem entre a cidade: eram feitos por e em gabinetes à parte. Neste período a única participação da população era ser notificada que alguma obra seria realizada.

1.1 SEGUNDA FASE: PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO EM FORTALEZA

A queda da ditadura militar em 1985 desencadeou um processo de redemocratização das cidades. Neste clima democrático e social, a cidade elegeu a candidata do PT, Maria Luiza Fontenelle (1986 – 1989). A prefeita instaurou uma Administração Popular, onde os atos públicos eram legitimados pela sociedade, através dos Conselhos Populares. No entanto, o Plano pecou na falta de metas e programas (Muniz, 2006: 209), além do quê, o país passava por séria crise financeira que refletiu na cidade. A gestão, por esses motivos, acabou sendo pouco executada.

Apenas em 1992 a cidade volta a ter um plano diretor vigente, no governo de Juraci Magalhães: o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza. Tratou-se de um diagnóstico interdisciplinar e especializado, realizado por profissionais contratados. Este plano contou com a participação popular através de seminários, porém a participação acabou sendo diminuta, devido ao desconhecimento da população quanto à importância de tais. A tentativa, deve-se ter em mente, inovou, à medida que antecipou as exigências que seriam criadas com o Estatuto da Cidade não só quanto à participação popular, mas, também, no que diz respeito “ao cumprimento da função social da propriedade e garantia à execução da política urbana” (Muniz, 2006: 213). O plano programou-se para a execução em 10 anos, porém todo o processo foi falho, visto que a lei de uso e ocupação do solo, prevista para ser criada em 120 dias, só foi criada em 1996, e o Código de Obras e Posturas jamais foi criado.

Estes problemas associados à dinâmica crescente da cidade resultaram em um plano pouco eficaz e aplicável. O que havia neste plano, na verdade, era um conjunto de “diretrizes isoladas e nenhuma forma de integrar e promover uma descentralização das atividades da metrópole, para que a tal proclamada macrocefalia de Fortaleza fosse, ao menos, reduzida” (Muniz, 2006: 222). O espraiamento e o aumento populacional vertical das últimas décadas fizeram com que a cidade tornasse-se polinucleada, concentrando atividades mercantis, produtivas e sociais não só no centro, mas em outras áreas, não sendo, portanto, isto mérito do plano. A descentralização do planejamento e da gestão por secretarias executivas regionais dificultou o entendimento popular e dos gestores quanto ao problema global do município, visto que desarticulou e fragmentou esta percepção. Muniz (2006: 223) resume o momento: “percebe-se aí a falta de organização, desarticulação interna na Administração municipal, imperando o

descomprometimento com as ações e projetos urbanos, haja visto a não conclusão de importantes projetos para a cidade”. Os dez anos de vigência do plano não acompanharam a dinâmica social da cidade, que crescia em população, desigualdades, prostituição, turismo e violência.

Em 2002 principia o processo de revisão do Plano Diretor, surgindo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza, já no terceiro mandato do prefeito Juraci Magalhães. Muniz (2006: 228) argumenta não ter havido efetiva participação popular, tendo sido criado de maneira tecnocrata. De qualquer maneira, a autora afirma que em entrevistas e pesquisas isto se mostrou ao contrário.

Em 2005 a prefeita eleita Luiziane Lins retira o projeto de lei do plano e aplica uma nova revisão, alegando que o plano havia sido construído de maneira vertical, sem a participação popular preconizada no Estatuto da Cidade. Cria, então, o Plano Diretor Participativo. O próprio nome é criticado por Muniz (2006), argumentando que a função do Plano Diretor é orientar as atividades urbanas municipais, sendo a participação um instrumento, uma metodologia de ação deste plano. O plano deve tratar da cidade e não da participação popular (p. 229).

Apesar de válidas as argumentações da autora, deve-se retratar que a crítica quanto ao nome não foi feita aos Planos Diretores anteriores, denominados de Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Fortaleza e Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Fortaleza. Indiferente ao nome utilizado, o Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257/2001) preconiza a necessidade destes planos conterem normas e diretrizes para o uso e ocupação do solo urbano, no que concerne aos parâmetros de uma cidade sustentável⁹. Logo, seria redundante explicitar se este utilizaria uma metodologia relativa às características Urbanas e/ou Ambientais – afinal a abrangência (urbano) e a ênfase (ambiental) dos Planejamentos diz respeito a isto: à metodologia que será empregada para se planejar. Sem falar que ambos, mesmo que não fossem descritos, deveriam necessariamente estar incorporados. A caracterização como Participativo, por isso, na opinião do autor que agora escreve, não é irrelevante ou errada, mas, ao contrário, bem quista: quanto ao que concerne à abrangência e ênfase, torna-se aberto e democrático, podendo enviesar para o lado que for considerado prioritário por todos. Acredita-se, além disso, que o fato de considerar o plano

⁹ O artigo II, alínea I do Estatuto das Cidades legisla que a cidade sustentável é “entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações”

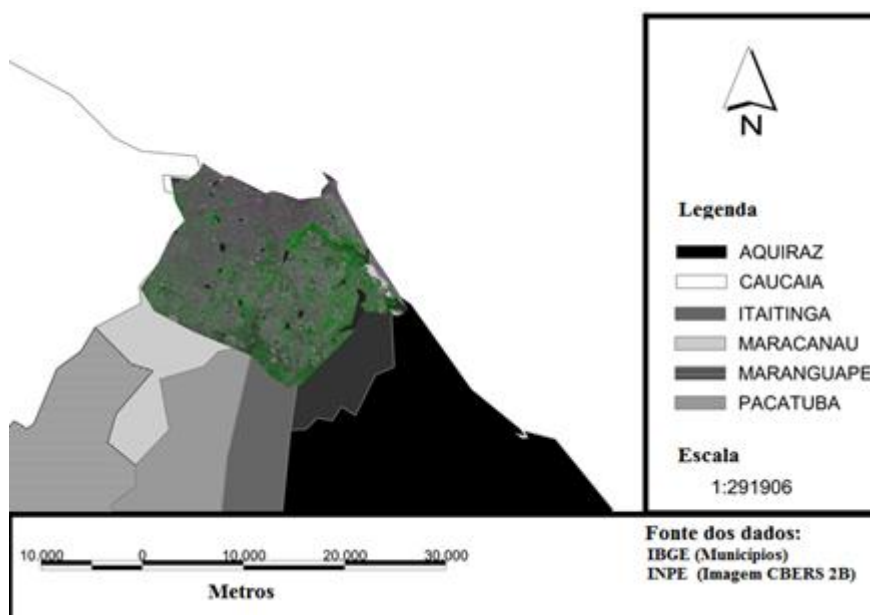
participativo garante ou permite uma futura gestão participativa, visto que o próprio plano se denomina assim. Qualquer ênfase na regionalização a ser feita (escalas abordadas) ou no aspecto a ser abordado sem uma consulta popular, retira, a meu ver, o princípio participativo do plano. Assim, esta ênfase à participação me parece correta e parte do processo diacrônico dos Planejamentos no Município: talvez o que tenha faltado a ele, até agora, tenha sido justamente a ênfase à participação.

O próximo capítulo tratará de analisar o resultado destes planos até a data de 2000, ano do Censo, cujos dados estão disponíveis, distribuídos por setores censitários – até então, não existiam dados mais atuais disponíveis no formato desejável¹⁰. Não há, além disso, ainda disponibilidade desses dados mais recentes. Neste sentido, o Plano Diretor Participativo de 2006 não será avaliado: mas este estudo pode representar um panorama para se analisar, num futuro, a eficácia de tal gestão – ainda que se acredite que uma gestão é um tempo irrisório para se alcançar objetivos concretos, visto o histórico e o estado da arte do município.

¹⁰ Refere-se, aqui, a dois formatos: “SHP”, que é a sigla da extensão virtual Shape File (são arquivos editáveis em programas de geoprocessamento), e à disponibilização de dados na escala do “setor censitário” que não dados em meras tabelas descritivas, sem correlação espacial...

2 - ANALISE DE PAISAGEM

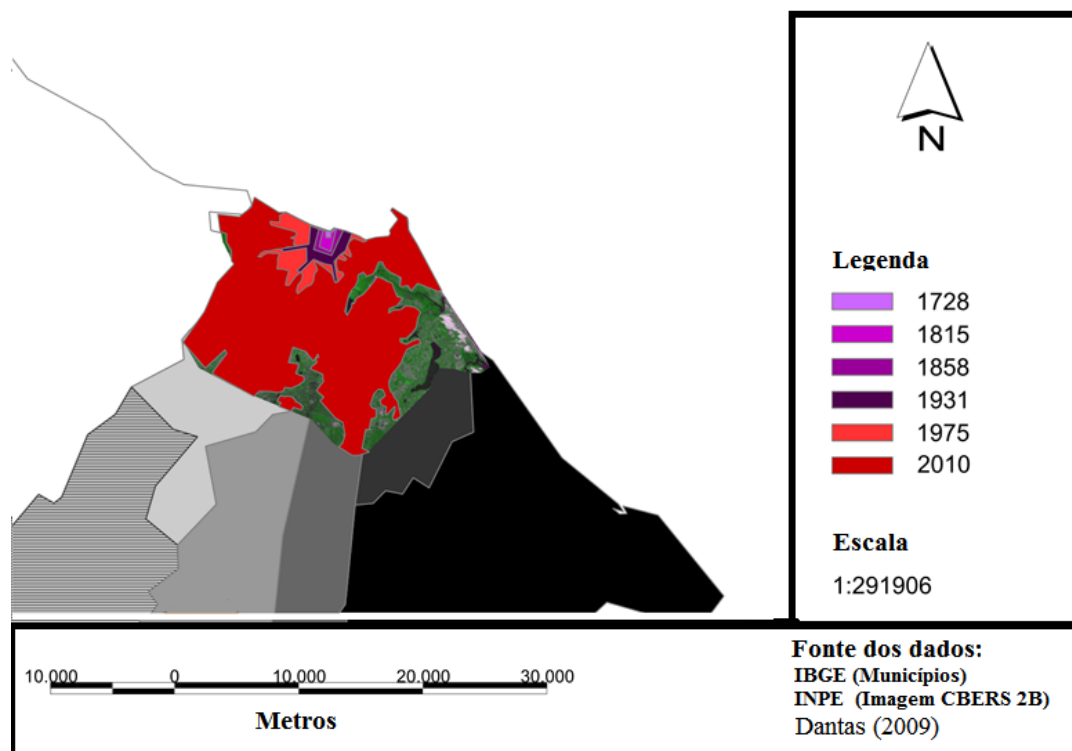
A cidade de Fortaleza contava, em 2000, com mais de 2.141.402 habitantes, concentrados exclusivamente no perímetro urbano. A cidade localiza-se na região nordeste do país - uma das mais pobres do Brasil. Como capital do Estado e pelo sucesso econômico histórico já demonstrado aqui, confabulou-se como o centro da Região Metropolitana, ponto de chegada e saída de estrangeiros vindos da Europa, e, também, ponto turístico, eleito pela EMBRATUR como local turístico de maior movimento do país. Abaixo o Mapa 1 visa demonstrar a localização da capital em relação aos municípios fronteiriços.



Mapa 1¹¹: Localização da cidade de Fortaleza – CE (destacada) e de seus municípios fronteiriços.

O fenômeno do uso e ocupação do solo da cidade é realmente acelerado a partir da urbanização. O Mapa 2 foi gerado com informações contidas em Dantas (2009), que demonstrava a ocupação de 1728 a 1858; os demais dados foram especializados através da fotointerpretação de imagens de satélite disponibilizadas pelo INPE, datadas de 1975 e 2010.

¹¹ Todos os mapas apresentados neste artigo são de autoria do autor.



Mapa 2: Ocupação antrópica do solo em momentos históricos diferentes no Município de Fortaleza – CE

Percebe-se que a mancha mais que triplica de 1975 para 2010. O fato já foi explicitado anteriormente: a capital recebeu investimentos dos PNDs, o país manteve-se crescendo economicamente e a cidade continuou a atrair populações. Pode-se notar que as avenidas principais tiveram seu traçado renovado, dando o aspecto radial-cêntrico à cidade.

Mas a centralidade e a periferização só podem ser percebidas com os dados do Censo 2000 contendo os setores censitários. Todas as características foram discriminadas em três categorias distintas: alta, média e baixa concentração. As seguintes características foram analisadas:

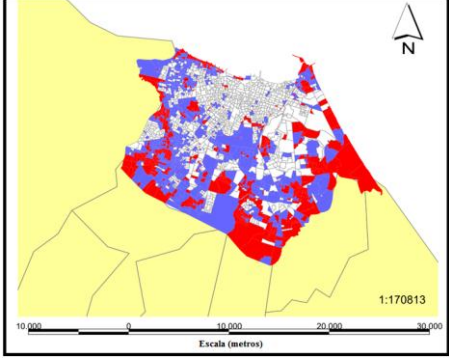
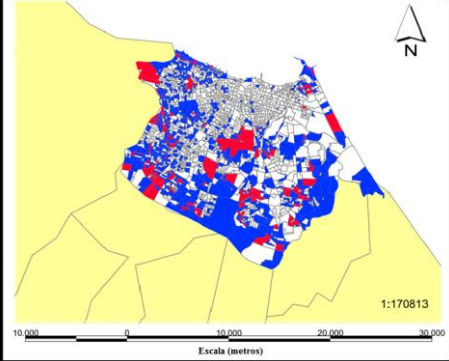
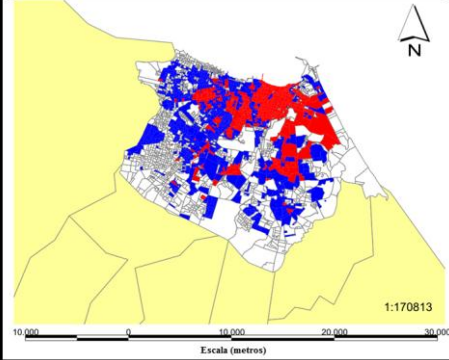
Legenda do Mapa	Característica analisada
1	% de responsáveis não alfabetizados
2	número de responsáveis com menos de um ano de estudo
3	Anos médios de estudo do responsável
4	Domicílios Particulares com fossa séptica
5	% de responsáveis com renda até 3 SM
6	Responsável sem renda mensal

Tabela 3: Características analisadas para provar a centralidade e periferização de Fortaleza.

Em trabalho semelhante, Bento (2010) relacionou dados do IBGE relativos à coleta de lixo, de esgoto e conexão com as redes gerais de esgoto e água dos setores censitários com dados de densidade demográfica. O autor concluiu que mesmo havendo certa descentralização destes serviços de consumo coletivo, os melhores índices ainda encontravam-se em torno do centro. A análise deste autor centrou-se a analisar as barreiras físicas que se formam entre o centro e a periferia da cidade. Assim, a afirmação do autor limita-se ao espriamento espacial desses bens de consumo coletivo. Acontece que traçar um marco entre periferia e centro apenas com informações materiais e de densidade populacional não permite vislumbrar as reais diferenças entre o centro acumulador de capital e a periferia explorada. Deve-se lembrar que a segregação é socioespacial, caracterizada pelo tipo de pessoa que habita um tipo de lugar. Relacionar, portanto, apenas dados materiais impede esta compreensão.

De qualquer forma, Bento (2010: 03) conclui que “Observando o processo de centralidade em Fortaleza, pode-se afirmar que o provimento de serviços básicos de consumo coletivo não acompanhou de forma efetiva o seu crescimento demográfico, fazendo com que a infraestrutura fosse implantada de forma desigual pela cidade. Criase desta forma uma relação de centro-periferia baseada nas disparidades do fornecimento destes serviços na cidade”. Mas quando relacionou pessoas a estes dados, quantificou-as, mas não qualificou-as: tratou-as como massa, como se todos fosse iguais. Isto é obviamente errôneo: a diversidade de classes é explícita neste sistema capitalista. Assim, através da quantificação, o autor acabou não encontrando relação

entre as pessoas e a distribuição dos bens de consumo coletivo. Para este autor, como dito, a relação centro-periferia se daria “pelo acesso adequado aos serviços de abastecimento de água, captação de esgoto e coleta de lixo” (Bento, 2010: 11). Aqui, defende-se que a relação centro-periferia apresenta-se em mais facetas, relativas, além da desigualdade estrutural, à desigualdade socioambiental. Os mapas a seguir demonstram explicitar isto. A coluna “legenda” remete-se às legendas da Tabela 3.

LEGENDA	MAPA	LEGENDA
1		<p>% de responsáveis não alfabetizados</p> <ul style="list-style-type: none"> 0 - 10,42 10,49 - 23,3 23,4 - 56,03
2		<p>Número de responsáveis com menos de um ano de estudo</p> <ul style="list-style-type: none"> 0 - 12 13 - 32 33 - 115
3		<p>Anos médios de estudo do responsável</p> <ul style="list-style-type: none"> 0 - 5 6 - 9 10 - 14

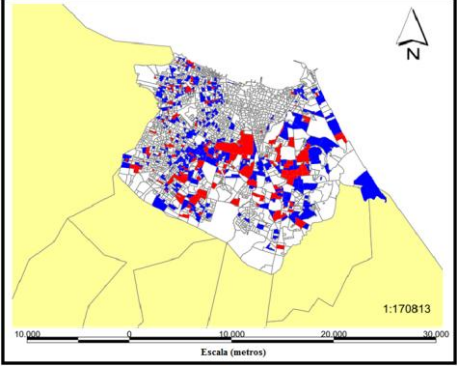
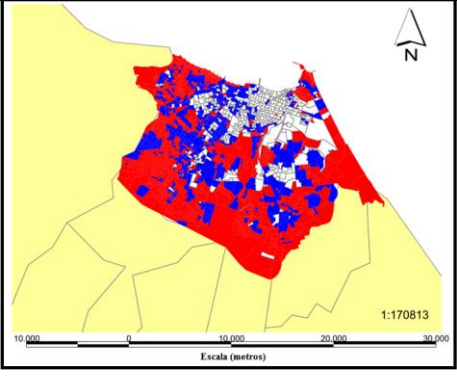
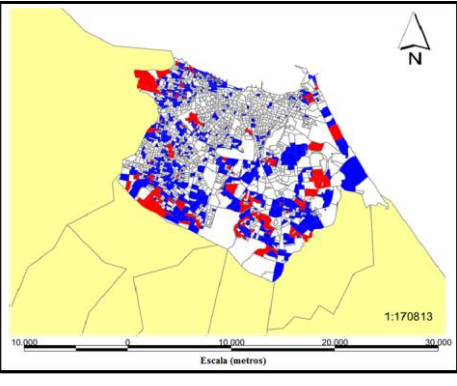
4		<p>Domicílios Particulares com fossa séptica</p> <p>0 - 64</p> <p>65 - 185</p> <p>186 - 479</p>
5		<p>% de responsáveis com renda até 3 SM</p> <p>0 - 36</p> <p>37 - 70</p> <p>71 - 100</p>
6		<p>Responsável sem renda mensal</p> <p>0 - 26</p> <p>27 - 68</p> <p>69 - 204</p>

Tabela 5: Mapas relativos aos setores censitários de Fortaleza, classificados com parâmetros quantitativos.

Metodologia:

Pode-se entender o conceito de metodologia como o caminho a ser percorrido pelo pesquisador, a fim de compreender determinada realidade (Minayo, 2001: 16). A autora afirma, neste sentido, que o conceito abrange as técnicas a serem utilizadas na investigação, sendo ela a articuladora de conteúdos, pensamentos e realidade (Minayo, 2001). Desta forma Minayo (2001:16) destaca que a metodologia é um “conjunto de técnicas, assim sendo possui características formais e de obediência ao que já foi aceito”. Em suma, metodologia é o cerne dos parâmetros do conhecimento.

A escolha metodológica torna-se fundamental para o autor, uma vez que demonstra e afunila a compreensão de ciência e de realidade deste. Ao se fazer uma

opção metodológica, faz-se uma demarcação científica (Demo, 1981). Para este autor, a metodologia possibilita “elaborar elementos aptos à condução de uma reflexão mais crítica sobre o tema” (p.13). Desta forma, a ciência, graças à metodologia, difere-se do senso comum (“sem profundidade, sem rigor lógico”) e da ideologia (que “inclui sempre a deturpação dos fatos em favor da posição a ser defendida”). Ressalta-se, contudo, que as ciências sempre possuíram e possuirão traços destas duas, devendo buscar manter-se no meio termo (p.14). Contudo, Bordieu (1990: 50) alerta que a metodologia pode ser entendida, em alguns casos, como uma ideologia justificadora “de uma forma particular de competência científica”.

Neste artigo, buscou-se mesclar tendências de uma pesquisa quantitativa, mas com leitura qualitativa. Isto é possível graças à geografia sistêmica, explicitada por Christofolletti (1978), quando afirma que esta abordagem permite delimitar um sistema dentro de um universo espacial. A distinção de “um sistema na multiplicidade dos fenômenos da superfície terrestre é ato mental, cuja ação procura abstrair o referido sistema da realidade envolvente” (p. 03). Deve-se, para tanto, identificar seus componentes: neste caso, os setores censitários. O comportamento do sistema é demonstrado pelo entrosamento da organização e funcionalidade deste. Deve-se, então, elaborar e levantar variáveis (atributos qualitativos¹²) e parâmetros (intensidade quantitativa dos atributos¹³) que possibilitem classificá-lo (sistema isolado, não-isolado aberto ou não-isolado fechado¹⁴), identificar sua composição básica (matéria, energia, energia potencial¹⁵) e estrutura (tamanho, correlações e causalidade¹⁶).

Quanto análise de paisagem, a concepção sistêmica que permeia este tipo de análise permite falar das relações das estruturas e elementos de um todo integrado – fatos tradicionalmente desconsiderados nas ciências (Bólos, 1981: 49). A mesma autora

¹² Neste trabalho, esta abordagem foi feita pela classificação por atributos do Shape File (SHP) – arquivo virtual e funcional do gvSIG (software de geoprocessamento livre e grátis)-, onde se dividiu os setores em níveis de “alto, médio e baixo”, denominados por tercís equitativos quantitativos.

¹³ Aqui utilizou-se o valor máximo exibido no arquivo e dividiu-o em três partes de igual quantidade.

¹⁴ Visto que este artigo traz a relação histórica (uma vez que analisa o processo que culminou com o estado da arte da paisagem apresentada), abordando temas políticos (determinados por fatores externos ao sistema analisado, ou seja, à política da cidade de Fortaleza), acredita-se que o sistema analisado possui características de um sistema aberto não isolado.

¹⁵ Se a matéria é aquilo que transita pelo(s) sistema(s), a energia é a força que anima o(s) sistema(s) e energia potencial o movimento que os componentes fazem temporalmente, então, neste artigo, respectivamente estas entidades são: as pessoas (que dão o valor aos setores censitários), as pressões políticas e sociais (que foram ponto de partida neste artigo para identificar porque as pessoas moveram-se) e, visto que não existem dados históricos dos setores censitários, não se pode dizer como será a energia potencial deste sistema.

¹⁶ O tamanho é explicitado pela própria mancha determinada pela extensão dos setores censitários; as correlações foram feitas por sobreposição e inter-relação direta entre as manchas formadas, e as causas foram os fatores sociais (explicitadas nas características da tabela 5) e ambientais (fossa séptica).

afirma que, quando encarada como processo, a paisagem apresenta-se como “uma sucessão genética que pode ser seguida e precisada e desta maneira pode-se, também, fixar sua tendência, seu ritmo e a importância dos diferentes processos que contribuem para sua evolução” (Bólos, 1981: 59). O estudo desta paisagem pela abordagem sistêmica apresenta traços da geografia sistêmica, mas, neste estudo, incorporará, também, traços da geografia crítica.

Análise dos dados:

Em partes, os resultados, na verdade, não contradizem os dados levantados por Bento (2010), mas, sim, servem para complementá-los. Concorda-se com o autor: não há relação entre demografia e existência de bens de consumo coletivo. Isto porque este dado apenas quantifica os moradores, mas não os qualifica: na verdade, as pessoas estão segregadas **socio**espacialmente. A periferia é diferente não só na estrutura espacial, mas, também, quanto à classe social de seus habitantes: possui mais pessoas pobres e sem instrução. As pessoas não são iguais na sociedade: há variações de poder, de influência e de acessos (seja à cultura, bens de consumo ou ao próprio espaço). A demografia esconde este dado, não permitindo vislumbrar barreiras imateriais (como falta de instrução e de renda).

A periferia além de deficiências estruturais possui deficiências sócio-culturais que o tornam um espaço à parte do centro. Se observado o Mapa 2, percebe-se que o centro histórico é o centro atual, reforçando a tese de Milton Santos, relativa às rugosidades e à macrocefalia. O Espaço, de fato, atrai novos investimentos e têm a capacidade de se reproduzir no tempo, indiferente ao momento o qual passa o modo de produção. Assim, se por um lado “a centralidade não está diretamente relacionada com a concentração demográfica”, por outro, mostra-se diretamente relacionada com a classe social que se ocupa: os espaços com mais pessoas ricas e escolarizadas possui mais bens de consumo coletivo, pontuais ou em rede, como Bento (2010) os chamou.

Outro dado alarmante que foge à conclusão de Bento (2010: 5) diz respeito ao saneamento. Concorda-se com o autor quanto à classificação do uso de fossa séptica como sendo inadequado, visto que muitas pessoas não têm recursos para fazer uma, tampouco tiveram acesso à informação no passado, o que leva a crer que possam haver

fossas sépticas ineficientes. Ainda assim, existem técnicas permaculturais¹⁷ que se bem aplicada podem sanar este problema. Porém, ao generalizar as fossas sépticas, ignora-se possibilidades de perceber isto, passando despercebidas possibilidades de encontrar-se círculos-de-bananeiras ou tratamentos por zonas de raízes, entre outros modelos alternativos e eficazes de tratamento sanitário.

A identificação de uma periferia pobre permite inferir sobre algumas ocorrências destes lugares. Sem atenção estatal e sem controlar sua própria reprodução social, a periferia apresenta falta de crédito, o que “cria uma realidade própria: a impossibilidade de fazer florescer uma atividade” (Arkel, 2002: 22). Assim, formam-se os desertos monetários: “espaços sociais em que não há dinheiro suficiente em circulação para que as populações possam se organizar e desenvolver, muito menos para que se possam promover investimentos” (Arkel, 2002: 50). Conclui, assim, este autor: “É isto exatamente o que faz o sistema monetário capitalista: acumula o dinheiro, deixando as comunidades sem o meio necessário para se desenvolver” (Arkel, 2002: 19).

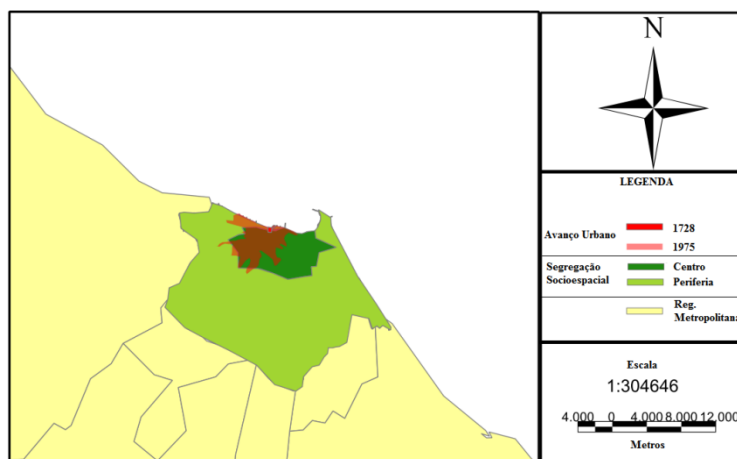
¹⁷ Não é pretensão deste artigo explicitar as técnicas existentes, tampouco aprofundar-se no tema e nas discussões existentes acerca a permacultura. Porém, deixar de citá-la seria um erro tremendo, visto sua capacidade revolucionária socioeconômica e ambiental. Para fins de definição, enfim, escolheram-se as palavras do Mestre em Desenvolvimento Sustentável, Jacintho (2007): “nos dias de hoje, [o conceito] se apresenta como sendo uma proposta para uma ‘cultura humana’ permanente” (p.37). Trata-se da união das palavras cultura + permanente. Pretende ser um modelo ideal de organização socioespacial, produtiva e ambiental: ou seja, um modelo sustentável de (re)produção social. Para saber mais sobre a concepção do Mestre citado, ver: Jacintho, Cláudio Rocha dos Santos “**A agroecologia, a permacultura e o paradigma ecológico na extensão rural : uma experiência no assentamento colônia I – Padre Bernardo – Goiás**”, Dissertação de Mestrado, UNB, 2007. (aconselha-se maior aprofundamento).

CONCLUSÃO

Os planejamentos municipais de Fortaleza foram capitalistas, não há dúvidas. Talvez o foram despropositalmente (ideia que não compartilho), mas seus resultados são inegáveis. Materialmente, o capital se acumulou em forma de estruturas e rugosidades; socialmente, o espaço tornou-se segregado por classes. Claro, concorda-se com Bento (2010), não existe uma oposição total entre centro e periferia, visto que os reflexos da periferia encontram-se espalhados por todo o espaço. Ainda assim, a periferia possui desvantagens visíveis e torna-se destino de pessoas de classe baixa que se mudam à cidade ou que já viviam lá há tempos, mas têm suas condições de vida diminuídas por alguma das crises capitalista.

As definições de centro e periferia podem ser compreendidas pela geografia crítica, ou seja, a partir da compreensão de que o espaço é segregado, e o é pelas suas razões históricas, sociais, políticas e econômicas. Tendo em vista o território capitalista, a existência da Questão Social torna-se uma premissa básica: compreendê-la, no entanto, exige estudos à parte. Compreender seu lugar de atuação torna-se possível quando se considera as caracteres aqui levantadas: espaços valorizados, com boa qualidade e quantidade de infraestruturas pertencem aos ricos; o contrário aos pobres.

O seguinte mapa foi criado, visando sintetizar o estudo:



Mapa 2: síntese do cruzamento de dados

Neste sentido, análise de paisagem e a formação socioespacial foram incorporadas numa mesma metodologia explicativa, que tinha como premissa básica que as atuais sociedades capitalistas produzem incessantemente ilhas de riqueza em um

oceano de pobreza. Neste sentido, o seguinte fluxograma visa demonstrar o que foi feito:



Fluxograma 1: relação das categorias trabalhadas.

Por se considerar a visão das ações públicas, o presente trabalho compreendeu que a história dos planejamentos urbanos explicariam a segregação socioespacial. Compreendendo a cidade como um todo complexo, esta foi fragmentada em categorias analíticas, inter-relacionadas: território e histórico sociopolítico (que representam a formação socioespacial) e a paisagem. Através da metodologia aqui descrita, concluiu-se onde estariam localizados os desertos financeiros da cidade: locais onde moram os trabalhadores pobres e o exército industrial de reserva.

Por fim, conclui-se que os dados do IBGE e as imagens do INPE, bem como os softwares de geoprocessamento livres, podem servir como uma importante ferramenta para o planejamento territorial, seja para compreender o estado da arte do espaço, seja para planejar ações e cenários futuros. A publicidade destes dados e desta ferramenta, frisa-se, podem ser incorporados por qualquer prefeitura, bastando, para isto, empenho e compromisso com a eliminação da Questão Social. O presente ano de 2011 representa um avanço nesta questão: estão prometidos os dados do IBGE agregados por setor censitário para todos os municípios do país em formato SHP. Isto permitirá um melhor conhecimento da realidade local para os gestores públicos e para as teorias sobre a realidade urbana brasileira, possibilitando uma melhor crítica sobre cenário atual, bem como um planejamento mais efetivo.

Ressalta-se, por fim, que a mera possibilidade de se utilizar uma nova técnica não significa que se inicia o fim do capitalismo ou dos planejamentos desta ordem.

Muito mais que isto, necessita-se do engajamento na luta contra hegemônica. Contudo, sabe-se que as teorias acerca os planejamentos são muitas, bem como aquelas relativas à difusão do desenvolvimento¹⁸, e que suas aplicações geram paisagens diferentes. A paisagem ideal, contudo, para o autor, é a maior crítica: para onde queremos rumar? Qualquer resposta a esta pergunta que não seja uma construção democrática (técnica e socialmente), trata-se de uma imposição tendenciosa. A tentativa e a valorização da participação no Plano Diretor de Fortaleza, assim, é encarado como algo extremamente positivo. Mas, novamente, cai-se em uma armadilha: como esta participação deve acontecer? Certamente o deve ser durante o Planejamento e a gestão dos Planos Diretores. Mas e a escala? Deve-se aplicar por bairros? Por regiões? Por micro-regiões? Por Ruas? Por zonas? Por caracteres naturais? Sociais? Climáticos? Geográficos? Econômicos? O Brasil mesmo já tentou diversas tipologias de planejamentos territoriais¹⁹, cada uma gerando consequências positivas e negativas (sociais, econômicas e ambientais): todas tendendo à determinação maior, de cunho capitalista. A técnica, assim, mostrou-se indiferente frente ao resultado: por mais que mudassem as técnicas, a concentração de capital manteve-se constante nas mãos de poucos.

Enfim, a complexidade urbana suscita muitas discussões, teorias e ideologias. Neste trabalho, buscou-se demonstrar que além de todas as considerações socioambientais que existem, ainda existem as influencias espaciais, dadas pelo território historicamente construído pelo homem. As paisagens socioespaciais futuras serão consequência dos trabalhos materiais que o homem construiu e o espaço conservou no tempo: não dar saneamento, escola, saúde e demais bens públicos de uso coletivo de interesse social acarretam em consequências socioespaciais e, conseqüentemente, na segregação socioespacial.

¹⁸ Cima & Amorim (2007) explicitam algumas teorias como a do desenvolvimento econômico regional, teoria da localização, dos espaços centrais, Teoria de crescimento/desenvolvimento regional, Teoria dos Polos de Desenvolvimento. Estas teorias tentam explicar e aplicar a difusão de informações pelo espaço.

¹⁹ Ministério da Integração Nacional. “Documento Base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão Preliminar)”. Brasília, 2006.

Bibliografia citada:

AB'SABER, A. N. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. Ateliê Editorial: São Paulo, 2003.

ARKEL, H. V. et al. [orgs]. **Onde está o dinheiro?** Dacasa: Porto Alegre, 2002.

BENTO, R.S.; CARLEIAL, N.; “Indicadores sócio-demográficos na definição de centralidade em fortaleza”, In: **XVII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, 20 a 24 de setembro de 2010.

BOLOS, M.. Problemática actual de los estúdios de paisaje integrado. In: **Revista de Geografia**, vol. **XV**, n. **1-2**. Pp. 45 – 68, dez. 1981

CHRISTOFOLLETI, A. Aspectos da análise sistêmica em geografia. **Geografia**, vol. **3**, nº **6**. Pp. 1-31, outubro de 1978.

CIMA, E.G.; AMORIM, L.S. Desenvolvimento regional e organização do espaço: uma análise do desenvolvimento local e regional através do processo de difusão de inovação. In: **Rev. FAE**, v.10, n.2, p.73-87, jul./dez. 2007.

DANTAS, E.W.C.; **De cidade à metrópole: (trans)formações urbanas em Fortaleza**, Edições UFC, 2009.

DAVIS, M. **Planeta Favela**, Editora Boitempo: São Paulo, 2010.

Instituto Palmas, **100 perguntas mais frequentes**. Fortaleza – CE, 2009.

KOWARICK, L. **Viver em risco: sobre a vulnerabilidade socioeconômica e civil**. Editora 34: São Paulo, 2009, pp. (p. 67 – 102).

Ministério da Integração Nacional. **Documento Base para a definição de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão Preliminar)**. Brasília, 2006.

MONTEIRO, R. **Habitação e integração urbana: um estudo de caso em programas habitacionais no município de Chapecó – SC**, Mestrado em Engenharia Civil, UFSC, 2006.

MUNIZ, M.A.P.C. **O plano Diretor como instrumento de gestão da cidade: o caso da cidade de Fortaleza/CE**. Dissertação em arquitetura e urbanismo - da UFRN, Natal, 2006.

OLIVEIRA, S.M.F. Evolução de formas de planejamento urbano. In: **Revista de Administração municipal**, Rio de Janeiro, abr/jun, 1985.

PINHEIRO, C.H.L.; Desenvolvimento urbano e segregação sócio-espacial: um estudo da avenida leste-oeste em Fortaleza, In: **II Jornada de Pós-graduação em políticas públicas e II Jornada internacional de políticas públicas, mundialização e estados nacionais**, São Luiz – MA, 23 a 26 de agosto de 2005

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. Hucitec: São Paulo, 2ª ED, 1980.

_____ ; **Espaço e Sociedade: (Ensaio)**. Editora Vozes: Petrópolis, 2ª Ed., 1982.

_____ ; **Metamorfoses do espaço habitado, fundamentos Teórico e metodológico da geografia**. Hucitec: São Paulo, 1988.

_____ ; SILVEIRA, M.L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Record: Rio de Janeiro, 13ª Ed, 2001.

_____ ; **“Economia Espacial: críticas e alternativas”**, Ed. Edusp: São Paulo, 2ª Edição, 2003.

SINGER, P. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política e Urbanização**, CEBRAP: Brasiliense, 3 ed, 1976.